

III ENECULT

TERCEIRO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

Trabalho apresentado no III ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

AGENTES DE LEITURA DO CEARÁ: INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Fabiano dos Santos¹

Resumo

O projeto Agentes de Leitura é uma ação pública da cultura que concorre na reversão dos problemas de desigualdade social, contribuindo para a erradicação da pobreza e gerando impacto social para a transformação da melhoria da qualidade de vida, promovendo o acesso ao livro como bem cultural e educacional da humanidade. Este artigo aborda a questão da democratização do acesso ao livro e à leitura como uma ação estratégica de inclusão social e desenvolvimento humano, a partir da construção de um relato de experiências desenvolvidas ao longo de 2006.

Palavras-chaves:

Agentes de leitura, inclusão social, desenvolvimento humano, literatura, políticas públicas.

Introdução

O projeto Agentes de Leitura é uma ação da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, financiada pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), com atuação em municípios do interior cearense e em bairros da cidade de Fortaleza com baixos índices de Desenvolvimento Municipal (IDM) e de Desenvolvimento Humano (IDH), em parceria com as Secretarias de Educação e de Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado, associações comunitárias, organizações não governamentais e com secretarias de cultura e de educação dos municípios envolvidos com o projeto. Sua missão é promover a democratização do acesso ao livro e aos meios da leitura como ação cultural estratégica de

¹ Coordenador de Políticas do Livro e de Acervos da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. Doutor em Educação pela UFC. Mestre em História pela PUC-SP. Concebeu e Coordena o projeto Agentes de Leitura do Ceará. fabianopiuba@gmail.com

inclusão social e de desenvolvimento humano, através de atividades de socialização de acervo bibliográfico e de experiências de leituras compartilhadas como exercícios de cidadania, de compreensão de mundo e de ação alfabetizadora.

Os Agentes de Leitura percorrem municípios, distritos e bairros através de atendimentos domiciliares e familiares, realizando empréstimos de livros e promovendo cirandas e rodas de leituras comunitárias, movimentando o acervo bibliográfico e despertando o interesse e o gosto pela leitura de maneira prazerosa, crítica, dinâmica e reflexiva.

Contudo, em sintonia com o objetivo do FECOP, o projeto Agentes de Leitura abrange ações de profissionalização de jovens e adultos e de democratização aos meios da leitura em comunidades de extrema pobreza e risco social, criando alternativas de acesso e de difusão do conhecimento na área cultural, promovendo dessa maneira situações de formação e de crescimento humano e social.

A democratização do acesso ao livro e à leitura como instrumento de inclusão social e de desenvolvimento humano

O livro é um instrumento de cidadania e de formação. Através dele podemos compor leituras de mundo, ampliar nossos conhecimentos, desenvolver a capacidade crítica e estimular a nossa imaginação criativa. No entanto, no Brasil são poucos os que têm acesso aos livros e aos meios da leitura.

A realidade brasileira consiste em baixos índices de leitura, baixa compreensão leitora e altos índices de analfabetismo e analfabetismo funcional, rede de bibliotecas em situação precária, livros com baixas tiragens, poucas livrarias, além de uma descontinuidade das ações de políticas públicas voltadas para a promoção do livro e da leitura no país.

O brasileiro é um povo que lê pouco e que compreende menos ainda o que lê. Juntando isso aos índices de analfabetismo, sabemos que promover a leitura em nosso país e em nosso Estado é um desafio gigantesco. É preciso promover uma mobilização social e desenvolver uma política pública e de Estado, realizando ações concretas e permanentes de fomento à leitura e de formação de leitores, apoiando as cadeias criativa e produtiva do livro e mediadora da leitura. No entanto, para essas ações se tornarem significativas, é necessário investir na democratização do acesso ao livro.

Ao longo desses últimos anos, uma jornada de reflexão e mobilização em torno da leitura vem sendo empreendida nos países da América Latina e do Caribe, com ações articuladas entre os governos, o setor privado e a sociedade civil para que sejam empreendidas ações imediatas e de longo prazo em favor da leitura, no sentido de reversão do quadro crítico em que se encontra essa região e transformar o fomento à leitura num tema de política pública. Nesses termos, por iniciativa da Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), e o Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe (Cerlalc), foi realizado no ano de 2004, a Reunião para a organização de uma agenda de políticas públicas de leituras. Esse encontro gerou as diretrizes e as linhas de ação do Plano Ibero-americano de Leitura a partir do princípio de que ler e escrever não são um privilégio nem obrigação, mas um direito social que deve ser garantido pelo Estado. Desenvolvendo esse princípio, encontramos nas suas diretrizes uma aceção vital no norteamento das políticas públicas:

“Entendemos que o exercício do direito à leitura deve ser garantido a todos os membros da sociedade. O seu estímulo deveria acompanhar as pessoas ao longo de toda a vida, e não apenas nas idades da infância e da adolescência. Segundo esta aceção, a leitura não é um assunto escolar senão um conjunto de práticas sociais que favorecem a qualidade de vida das pessoas e contribuem para a formação de uma cidadania informada como fim e agente da democracia e do desenvolvimento econômico e social. A sua promoção é responsabilidade de toda a sociedade no seu conjunto. Ao mesmo tempo, a medida em que o ‘direito à leitura’ for reconhecido jurídica ou politicamente, não como um simples ‘aspiração’, mas como um princípio que rege as normas de convivência, é responsabilidade da administração pública garantir que a leitura possa ser uma prática ao alcance de todos os cidadãos, fazendo universal os serviços que facilitem e fomentem o acesso à informação e à prática da leitura.” (Cerlalc, 2004)

No Ceará não são poucos os problemas enfrentados, conforme revela documento do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar (ALCE, 2005). A baixa escolarização dos pais e a baixa renda familiar per capita são elementos sociais influentes na confirmação desses problemas. É baixo também o acesso a bens culturais na família e 34,49 % das crianças de 7 a 14 anos que são analfabetas têm mães com menos de um ano de instrução. Segundo indicadores da educação, os dados do SAEB referentes a 2001

mostram que as crianças e adolescentes que estão saindo da quarta série do ensino fundamental detêm apenas a metade das competências relacionadas à língua portuguesa que seriam esperadas neste nível de ensino. A partir desses dados, entendemos que se torna necessária uma ação mais ampla de fomento da leitura que tenha uma abrangência para além do espaço escolar.

A proposta do projeto Agentes de Leitura consiste numa ação voltada para a promoção da leitura, mediada e compartilhada no ambiente familiar, como atividade de formação leitora e de criação de espaços educativos e culturais no seio das próprias comunidades, através do acesso a acervos literários em localidades de baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

A relevância do projeto parte, pois, do princípio norteador da socialização da leitura como ação estratégica de inclusão social e de desenvolvimento humano. Um povo que não estuda e que não tem acesso aos bens culturais, entre eles o livro e a leitura, é um povo fadado à exclusão social. O analfabetismo e analfabetismo funcional são fatores que atrelados à questões econômicas, agravam o quadro da desigualdade. A construção da cidadania passa necessariamente pelo acesso e domínio da leitura e da escrita como elementos vitais de formação e de crescimento humano. A leitura amplia nossos horizontes e nossa capacidade crítica, inventiva e de compreensão do mundo.

Nesse sentido, o potencial do trabalho realizado pelos Agentes de Leitura consiste numa forma possível de promoção do letramento, levando em conta que o acervo bibliográfico é socializado com as comunidades atendidas pelo projeto. São 175 Agentes de Leitura capacitados e remunerados que desenvolvem um trabalho de difusão do livro com 4375 famílias. É uma forma democrática de pensar a gestão pública da cultura, entendida como uma ação concreta que concorre na reversão dos problemas de desigualdade social, contribuindo para a erradicação da pobreza e gerando impacto social para a transformação da melhoria da qualidade de vida, promovendo o acesso ao livro como um bem cultural e apropriação simbólica das conquistas culturais, históricas e sociais da humanidade.

Vale ressaltar o alinhamento do projeto Agentes de Leitura com a Lei do Livro, N° 13.549, de 23 de dezembro de 2004, que institui a política Estadual do Livro e estabelece em seu parágrafo único, “o livro como instrumento imprescindível de desenvolvimento socioeconômico e de valorização da identidade cultural do Estado, de formação educacional, de promoção e inclusão social, através do fomento ao desenvolvimento

cultural, à criação intelectual, artística e literária”, além de estabelecer a criação do Plano Estadual de Difusão do Livro e da Leitura no Ceará que tem como objetivo a democratização do acesso a esse bem cultural imprescindível para a formação humana.

O projeto Agentes de Leitura amplia a ação do Estado na formação leitora para além da escola, espaço tradicional onde ela acontece. Nesse movimento, amplia também o público que terá acesso ao livro, não distinguindo idade e nível de escolaridade. O projeto atua como ação referencial ao permitir a aproximação da realidade que pretende atingir, dado que os agentes capacitados são da própria região onde irão atuar e que o trabalho desses agentes envolverá conhecimento crescente das famílias, pelo contato permanente e cuidadoso em relação aos interesses e potenciais que cada uma dessas famílias irá manifestar no decorrer do Projeto. É uma ação que revela e capacita líderes locais que poderá abrir novas perspectivas de desenvolvimento social e econômico através do que a leitura pode permitir enquanto elemento de criação, reflexão e crítica que amplia a visão de mundo ao mesmo tempo que leva ao autoconhecimento. Pode ser ainda um elemento de inspiração para políticas públicas voltadas para o fomento e promoção do livro e da leitura em âmbito municipal e regional. Esperamos que o impacto provocado pelo projeto possa nortear gestores públicos municipais, a realizarem em suas administrações, ações similares que venham somar na mobilização em torno da democratização do acesso ao livro e à leitura como fator estratégico de inclusão social no Estado do Ceará.

Partindo dessas premissas selecionamos municípios nas oito macrorregiões do Estado e bairros de Fortaleza com baixo índice de IDH, ficando assim distribuído: Assaré e Jardim na região do Cariri; Capistrano e Ocara no Maciço do Baturité; Catarina e Cariús no Centro Sul e Vale do Salgado; Itatira e Ibaretama no Sertão Central; Novo Oriente e Ararendá no Inhamuns; Reriutaba e Mucambo no Vale do Acaraú / Ibiapaba; Jijoca de Jericoacoara e Amontada no Litoral Oeste; Potiretama no Vale do Jaguaribe, e nos seguintes bairros do município de Fortaleza: Curió, Dunas, Pedras, Siqueira e Genibaú.

Ações Desenvolvidas

O projeto teve início em fevereiro através de sua apresentação e do estabelecimento de parcerias institucionais com as prefeituras, associações comunitárias e organizações não governamentais dos municípios, no sentido de construir uma agenda positiva entre a Secretaria da Cultura do Estado e as instituições locais, firmando o compromisso do

Governo do Estado por meio da SECULT e as contrapartidas dos municípios, na execução e acompanhamento do projeto.

Em busca da construção da cidadania que passa necessariamente pelo acesso e domínio da leitura e da escrita, para além dos espaços escolares; e que são elementos vitais de formação e de crescimento humano, avaliamos cautelosamente 1390 jovens e/ou adultos, em avaliações escritas (interpretação de texto e redação), leitura oral, (com trechos de obras grandes autores brasileiros); e que foram entrevistados através de visitas domiciliares de 425 famílias dos candidatos. Essas visitas consistiam na verificação da inserção do candidato na comunidade e de suas condições sócio-econômicas de acordo com o Cadastro Único do Governo Federal no Programa Bolsa Família. Assim fomos compondo e detectando perfis de articuladores comprometidos com o desenvolvimento local, certificados em cada um dos distritos, localidades, vilarejos; atravessando rios e empurrando carros, para garantir uma seleção baseada em critérios de transparência e idoneidade no processo de seleção, no sentido de selecionarmos pessoas com compromisso e qualificação para o exercício das atividades de Agente de leitura.

O conceito de capacitação do projeto é desenvolvido numa perspectiva de formação continuada, partindo das formações básicas às necessidades de aprofundamento temático cotidiano, com especial atenção para formação leitora. Os Agentes de Leitura passaram, inicialmente, por um processo de inscrição, onde foram conferidos os dados e documentação do Cadastro Único do Governo Federal, considerando que as famílias dos Agentes devem ser atendidas pelo Programa Bolsa Família, conforme critério do FECOP. Em seguida, foi realizada uma avaliação através de interpretação de texto, redação e leitura oral. A segunda fase da seleção consistiu em visita domiciliar para entrevista e verificação da inserção do candidato na comunidade de atuação do projeto, como forma de garantir uma seleção baseada em critérios de transparência e idoneidade, no sentido de selecionarmos pessoas com compromisso e qualificação para o exercício das atividades de Agente de Leitura. Concluído esse processo, dos 1390 inscritos, 175 (cento e setenta e cinco) pessoas foram selecionadas para o projeto e participaram da primeira fase da Capacitação de Formação em Agentes de Leitura, com carga horária de 40 horas, dividida em quatro módulos: Sensibilização e Pedagogia da Leitura, Literatura e Contação de Histórias, Dinamização do Acervo e Acompanhamento e Planejamento do Projeto. Seguindo a proposição da formação continuada, foram realizados mais dois momentos de

capacitação: durante a 7ª Bienal Internacional do Livro foi realizado o I Encontro dos Agentes de Leitura do Ceará e em outubro a terceira fase da capacitação "Literatura e Vida: abraços e conversas de mundo" de 40 horas, por meio dos módulos: Histórias de Vidas e Literatura, Laços de Palavra: literatura como metáfora do ser e Agentes de Leitura: uma reflexão construída no cotidiano.

Cada Agente de Leitura recebeu uma bicicleta, um uniforme, um acervo literário e cadastrou de 25 a 30 famílias, realizando atendimentos domiciliares com empréstimos de livros, rodas de leitura, contação de histórias, atividades comunitárias intergeracionais e ações alfabetizadoras junto às famílias de suas comunidades. Como prestação de contas de suas atividades, faz anotações no Caderno de Campo, preenchem fichas de sistematização de dados das famílias cadastradas, de acompanhamento da formação de leitores e uma ficha de leitura do próprio agente, que servem de subsídios para a elaboração do relatório mensal, que é enviado para a Coordenação Geral do Projeto, sediada na SECULT. Cabe a essa coordenação, gerenciar a ação e acompanhamento sistemático de supervisão, avaliação, elaboração de relatórios e prestação de contas do projeto.

Outro elemento importante na execução do projeto foi a criação do Conselho Gestor Estadual e dos Conselhos Municipais onde o projeto tem atuação. O conselho vem sendo um exercício de cumprimento de objetivos específicos do projeto, que consiste no estabelecimento de uma gestão compartilhada e no envolvimento da comunidade como elemento de participação da sociedade civil. Os conselhos se constituem na formação de um grupo de caráter consultivo e avaliativo no sentido de garantir a democratização e transparência da execução e gestão do projeto, através de reuniões sistemáticas de acompanhamento e desenvolvimento do projeto. O Conselho Gestor Estadual é composto pela SECULT, SEDUC, SAS, IACC (Instituto de Cultura e Arte do Ceará), SAB (Sociedade Amigos da Biblioteca Pública do Ceará), UNDIME, APRECE, UNICEF e as organizações não governamentais Casa do Conto e Mediação de Saberes. Já o Conselho Gestor Municipal, conta com o assento das secretarias de Educação, Cultura e Ação Social, 01 membro do CREDE da região, 01 Articulador Regional da SECULT, um representante dos Agentes de Leitura, a biblioteca municipal, associações comunitárias e organizações não governamentais locais.

A partir desse panorama, podemos afirmar que o projeto vem sendo desenvolvido no cumprimento de suas metas, democratizando o acesso ao livro e à leitura em

comunidades pobres do Ceará, transferindo e gerando renda através da bolsa de remuneração do Agente de Leitura, envolvendo a comunidade nas ações do projeto, estabelecendo uma gestão compartilhada e executando parcerias com órgãos governamentais e não governamentais, no sentido promover ações estruturantes no combate a pobreza, como forma possível de inclusão social e desenvolvimento humano em nosso Estado.

Estamos completando onze meses de ação direta, acompanhando a formação leitora de crianças, jovens, adultos e idosos, sendo alfabetizados ou não. Compomos hoje, uma nova possibilidade profissional, que assim como o Agente de Saúde, pode contribuir na modificação a realidade das famílias atendidas, num refazer social-humano.

Dar continuidade as ações do projeto é garantir o atendimento direto a mais de 17.000 (dezesete mil) crianças em contato com livro e a leitura. As visitas arredondam os quintais das comunidades, aproximando gerações, criando ambientes favoráveis de leitura nas casas, influenciando dessa maneira, na melhoria do rendimento escolar dos alunos e trazendo satisfação nas famílias atendidas. Dar continuidade ao projeto é possibilitar mudanças no perfil sócio-cultural de agentes e famílias, através de uma bolsa que concretiza, mesmo que modestamente, algumas necessidades básicas e acesso a bens culturais, como na experiência da própria capacitação profissional, por meio da formação continuada oferecidas nos cursos e oficinas.

Ampliando e renovando o projeto

Entendemos que o projeto Agentes de Leitura tem que aprimorar suas ações, sobretudo no acompanhamento sistemático e no fortalecimento dos conselhos gestores. Para isso faz-se necessário a ampliação da equipe com novos técnicos e agentes supervisores locais para verificação dos resultados quantitativos e qualitativos esperados pelo projeto e para desenvolver uma ação mais consistente na supervisão e avaliação, podendo realizar pesquisas aplicadas para verificação de índices de satisfação pessoal dos agentes e das famílias atendidas, do grau de participação e envolvimento das comunidades, dos níveis de habilidades e compreensão leitora, da interferência dessa experiência de leitura no âmbito familiar no rendimento escolar e no desenvolvimento da leitura entre as crianças e jovens atendidas pelo projeto, dentre outras questões como a saúde da mulher e os talentos empreendedores. No tocante ao fortalecimento dos conselhos gestores, o desafio

maior é o aprofundamento do exercício de cidadania e gestão democrática do projeto, sendo necessário uma conquista processual junto às famílias e um comprometimento maior por parte dos órgãos municipais no compartilhamento e co-responsabilidade das ações do projeto.

Levando em conta a importância social do projeto, entendemos ser vital a ampliação de seu raio de atuação como forma de democratizar ainda mais o acesso ao livro e à leitura – de maneira prazerosa, dinâmica e crítica – como um fator estratégico de inclusão social e desenvolvimento humano. O impacto causado pelo projeto no tocante a geração de trabalho e renda junto aos 175 agentes e a criação de ambientes de convivência com o universo literário entre 4375 famílias - que jamais teriam como comprar um livro ou desenvolver espaços favoráveis de leituras em suas casas - vem sendo uma contribuição fundamental no despertar da formação leitora, possibilitando transformações de hábitos cotidianos, aproximando mais de 20.000 (vinte mil) crianças e jovens no contato direto e dinâmico com o livro, atuando de forma decisiva na melhoria dos índices de desenvolvimento e formação humana.

Nesse sentido, estamos apresentando ao FECOP a ampliação do projeto, propondo que passemos dos 15 municípios, 05 bairros da capital e dos 175 agentes atuais, para 30 municípios e 10 bairros da capital, totalizando um número de 350 agentes para os anos de 2007/2008. Tal proposição consiste no entendimento de uma política pública de Estado na continuidade e ampliação das ações que vêm sendo executadas com êxito, nas áreas da educação e da cultura, fazendo com que o livro chegue de casa em casa, de porta em porta, garantindo o direito à leitura como uma ação pública que concorre na reversão dos problemas de desigualdade social, contribuindo para erradicação da pobreza e gerando impacto social para a transfiguração da melhoria da qualidade de vida, promovendo o acesso ao livro como um bem cultural e educacional da humanidade.

Bibliografia

CENTRO REGIONAL PARA EL FOMENTO DEL LIBRO EM AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE; ORGANIZACION DE ESTADOS IBEROAMERICANOS PARA A EDUCACIÓN, LA CIÊNCIA E LA CULTURA. **Agenda de políticas públicas de leitura.** Bogotá, Colômbia, 2004.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO CEARÁ (ALCE), et al. **Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar**. <http://www.al.ce.gov.br/comite/continua.htm>. Acesso em 05 de outubro de 2005.